

O significado de território no contexto da luta pela terra: Rio Grande do Sul, Brasil.

Michele Lindner – Bolsista PDJ, CNPq – NEAG-UFRGS

Joel Luís Melchior – NEAG- UFRGS

Rosa Maria Vieira Medeiros – NEAG- UFRGS

Resumo

A luta pelo acesso a terra no Brasil, organizada através de movimentos sociais, é uma questão histórica e vem ganhando cada dia mais força. Por trás de todo o processo de lutas e conquistas econômico-políticas, existe também um processo social muito marcante que se refere à conquista de um novo território, de um espaço de apropriação, ou seja, a reterritorialização de indivíduos e suas famílias. Assim, ao pensarmos na questão da luta pela terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), logo nos remetemos ao entendimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado busca entender qual é o significado de território no contexto da luta pela terra, através da percepção de assentados na Campanha Gaúcha no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Território, desterritorialização, reterritorialização, luta pela terra, assentamentos.

Introdução

A luta pela terra significa a luta pelo território, uma luta que visa a reterritorialização de indivíduos que em determinado momento, devido a circunstâncias diversas, foram expropriados de seus antigos territórios. Assim, ao pensarmos o território, pensamos no espaço de forma política, social e culturalmente.

Um território pode representar para o indivíduo que nele habita o seu “espaço de vida”, espaço esse onde ocorrem as relações entre os indivíduos nas diversas escalas. Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

Ao prestarmos atenção em diversas definições de território, percebemos que trata-se de algo que necessita de alguma forma ser conquistado, ou seja, o termo território está intimamente ligado a noções de poder. Nesse sentido, Haesbaert (2008, p.20) chama a atenção para que:

Território, assim em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo o processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Ao pensarmos no território no contexto da luta pela terra, logo percebemos que este implica tanto em uma carga material, quanto em uma carga simbólica, pois além da posse da propriedade, a conquista do seu lugar ou do seu território, adquire significados particulares para os indivíduos. Significados estes que vem carregando marcas de territórios passados e que ajudam a construir e moldar os seus “novos territórios”, frutos da conquista do processo territorializante, ou seja, da luta pela reterritorialização.

Dessa forma, o estudo aqui apresentado busca demonstrar a luta pela reterritorialização de indivíduos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, como forma de entender o significado de território no contexto da luta pela terra.

Para tal, além do entendimento do significado de território através de consultas em fontes bibliográficas, realizou-se entrevistas em cinco assentamentos localizados na Região da Campanha Gaúcha, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Nas entrevistas buscou-se abordar temáticas como procedência e ocupação anterior dos assentados, histórico, organização e motivações de suas entradas no Movimento (MST), luta e conquista da terra e as mudanças percebidas após serem assentados.

Cada uma das famílias assentadas possui uma história na coletividade do Movimento (MST), assim como uma história particular, calcada nos sucessivos processos de desterritorialização–reterritorialização. E é neste contexto, a partir de diferentes histórias, que levam a um mesmo processo, que foi possível entender o significado da territorialização de indivíduos envolvidos na luta pela terra.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): desterritorialização e reterritorialização

Ao pensarmos a temática da luta pela terra, logo estamos pensando na luta pela territorialização de indivíduos imersos em um processo de desterritorialização-reterritorialização. A luta e a conquista de um território significa a conquista de um espaço de vida, um espaço apropriado, um espaço que passa a ter significações tornando-se um lugar.

Nesse contexto, Fernandes (2000, p. 50), traduz perfeitamente o processo territorializante remetendo-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “Os

lugares e os momentos formam a realidade. As pessoas fazem os momentos, transformam os lugares e constroem a realidade”.

A construção da realidade pode ser traduzida pela conquista do território. Conquista esta que vem de um longo processo que engloba desterritorializações e reterritorializações calcadas na luta de indivíduos que em determinado momento, devido a circunstâncias diversas, foram expropriados de seus antigos territórios. Dessa forma, ao pensarmos o território, nos remetemos a um espaço político, social e cultural.

Nesse contexto, Saquet (2009, p. 212), coloca que “o território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)”. Essas marcas, são marcas culturais dos que ali habitam, representam o cotidiano e a história dos que ali chegaram, se instalaram, se territorializaram, criando sua identidade em seus espaços de vida.

Da mesma forma, Haesbaert (2004, p. 95-96), explica que “o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”.

Dessa forma, territorializar-se:

significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2004, p. 97).

A dominação ou apropriação de um determinado território pode não ser permanente. Muitas vezes as territorialidades estão em movimento, a esse movimento nos referimos ao processo de desterritorialização e sua consequência a reterritorialização. Simploriamente a desterritorialização refere-se ao movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997b *apud* HAESBAERT, 2004). Portanto, trata-se de um processo consecutivo, toda desterritorialização implicará em uma reterritorialização.

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

Nesse sentido, ao analisarmos o histórico da luta pela terra e conseqüente formação do MST, percebemos claramente que sua formação se deu impulsionada por processos de desterritorialização e pela constante busca da reterritorialização. Nesse sentido, Fernandes (2000, p. 19) salienta que o “sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação”.

Contudo, para compreender o processo de desterritorialização e formação da identidade do MST é necessário levar em conta fatores econômicos e políticos que tem início na década de 1970. O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado nos governos militares, denominado de *modernização conservadora*, visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, através da criação de um sistema de créditos e subsídios. Como consequência dessa política houve o aumento das áreas de cultivos das monoculturas, aumento do trabalho assalariado, agravamento da situação da agricultura familiar, aumento da concentração de terras, expropriação e conseqüente expulsão de mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões país (FERNANDES, 2000).

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense (FERNANDES, 2000, p 50).

Ao abordar aspectos referentes às origens do Movimento e da luta pela terra, Medeiros (2004) explica que a abertura em direção à reforma agrária brasileira, teve suas origens na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, os colonos que lá chegaram ao final do século XIX e princípio do século XX construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho. Muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para as cidades, porém os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso a terra se organizaram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Esse Movimento nascido de um processo de desterritorialização e luta pela sua reterritorialização teve como marco histórico o mês de maio de 1978 quando os índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai iniciaram ações para recuperar seu território e expulsaram 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam nas terras. Para estas famílias restava apenas três alternativas: migrar para os projetos de colonização da Amazônia, virar assalariadas em empresas agropecuárias ou de indústrias nas cidades ou lutar pela terra no Rio Grande do Sul.

Como não havia uma organização, ocorreu a dispersão da maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios da região noroeste do Estado, algumas acamparam na beira de estradas, outras em casas de parentes e muitas perambularam sem ter onde ficar. Após dois meses da expulsão, algumas famílias começaram as ocupações, mesmo sem uma organização, em glebas de terras públicas arrendadas a empresas privadas. Como resposta, o governo enviou o secretário da agricultura para cadastrar as famílias e convencer elas a retornarem as casas de parentes prometendo assentá-las quando houvesse reforma agrária. Contudo, além das famílias expulsas que ocupavam as áreas, surgiram mais famílias querendo se cadastrar, com esperança de serem assentadas (FERNANDES, 2000).

Devido a necessidade de mudanças e com o incentivo de um padre que trabalhava na Comissão Pastoral da Terra, as famílias de trabalhadores sem terra, decidiram se reunir, para se organizar e discutir as medidas a serem tomadas. Após uma audiência com o governador do estado do Rio Grande do Sul e a falta de resoluções para o problema, no dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Nonoai. Após alguns dias da ocupação, pressionado o governador autorizou os colonos a plantarem na terra: “Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada” (FERNANDES, 2000, p.53).

A partir dessa experiência houve outras ocupações, como na Gleba Brilhante e ao mesmo tempo em que a luta pela terra conquistava mais apoio da sociedade, a repressão policial tornava-se mais intensa, como em outubro de 1980, na ocupação da Fazenda Annoni, com intervenção da Polícia Federal fazendo o despejo das famílias e prendendo doze trabalhadores. Já o caso do acampamento Encruzilhada Natalino, a luta pela terra representou o conflito entre a política implantada pelos militares e a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vinham construindo por meio de suas lutas.

Na luta pela terra, a encruzilhada também tem seu sentido de cruzamento dos caminhos construídos durante a resistência. Cruzam-se os caminhos da vitória e da derrota. A encruzilhada é o lugar e o momento da tomada de decisão para qual direção deve-se seguir, com o objetivo de conquistar a terra. É, portanto, um lugar onde se para, reflete e olha, procurando visualizar o melhor caminho a percorrer. E muitas vezes se o caminho não existe, é preciso fazê-lo. Foi assim que aconteceu na Encruzilhada Natalino, ali também foi o ponto de partida para a construção da luta pela terra (FERNANDES, 2000, p. 55).

Percebe-se, através deste breve histórico, que uma das motivações da formação da organização de trabalhadores rurais sem terra no Rio Grande do Sul foi a resistência a deixar o seu Estado e a vida no campo. A resistência em deixar para trás o espaço de seu território desterritorializado, elemento de seu espaço de vida e parte da expressão de sua identidade.

Assim, ao analisarmos a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a contextualização do termo território, podemos perceber perfeitamente que o território no contexto da luta pela terra tem o significado de conquista. Uma conquista que como podemos perceber é da coletividade, mas que também é particular, da cada família e de cada assentado envolvido na luta pela terra.

A Luta pela Terra na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil

A escolha pela Campanha Gaúcha como área de estudo, deu-se primeiramente por esta representar um espaço historicamente constituído pelos latifúndios, onde a predominância econômica centra-se na atividade pastoril e na concentração de terras. De acordo com Medeiros, Robl e Moraes (2010), a ocupação da Campanha foi permeada por guerras e a consequente necessidade de defesa das fronteiras, o que fez com que a presença de militares nesse espaço fosse acentuada devido a concessão de sesmarias a estes, pagamento pelos seus feitos e forma de assegurar “o domínio territorial com homens preparados para situações de confronto numa região de fronteira instável” (MEDEIROS; ROBL; MORAES, 2010, p.2-3). As sesmarias e a cultura pecuarista constituíram o marco inicial do latifúndio no Rio Grande do Sul.

Também, referindo-se a questão da formação dos latifúndios, Chelotti e Pêsoa (2006), ao falar da ocupação do território do Rio Grande do Sul, chamam a atenção para as duas formas diferenciadas que geraram uma dicotomia muito marcante em sua estrutura fundiária: a que ocorreu na região fronteira, colonizada por militares ligados ao governo imperial, os quais tinham a função geopolítica de realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado, ocupação esta caracterizada pela concentração de terras que culminou na formação do latifúndio na Campanha Gaúcha; e a que ocorreu nas regiões florestais, desprezadas pelo latifúndio pecuarista e, portanto, só ocupadas em meados do século XIX com o estímulo governamental à imigração, formadas basicamente por imigrantes italianos e alemães, organizadas a partir de pequenas propriedades familiares, desenvolvendo a agricultura de subsistência.

Segundo estes autores, a partir de meados dos anos 1960, o espaço agropecuário do Rio Grande do Sul passa a sofrer transformações com o desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira. Essas transformações ocorridas no campo passam a gerar concentrações de terras em todo o território estadual, expropriando pequenos produtores familiares. Com a consolidação do processo de modernização da agricultura na década de 1970,

grandes levas de produtores familiares tornaram-se sem terras ou direcionaram-se para áreas de expansão da fronteira agrícola (CHELOTTI; PÊSSOA, 2006).

Segundo Chelotti e Pêsoa (2006, p.4), no decorrer dos anos, a luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul registrou um movimento geográfico: “Inicialmente gestadas no norte do estado, depois se dirigindo à parte central (já em 1987/88), e no período pós-1990 concentrando-se no sul do estado, ou seja, na região dos latifúndios e de ocupação antiga”. Essas informações podem ser visualizadas no gráfico da Figura 1, onde se percebe que presença de assentamentos até os anos 1980 se deu apenas em mesorregiões da parte norte do estado do Rio Grande do Sul – Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense e Mesorregião Noroeste Rio-Grandense.

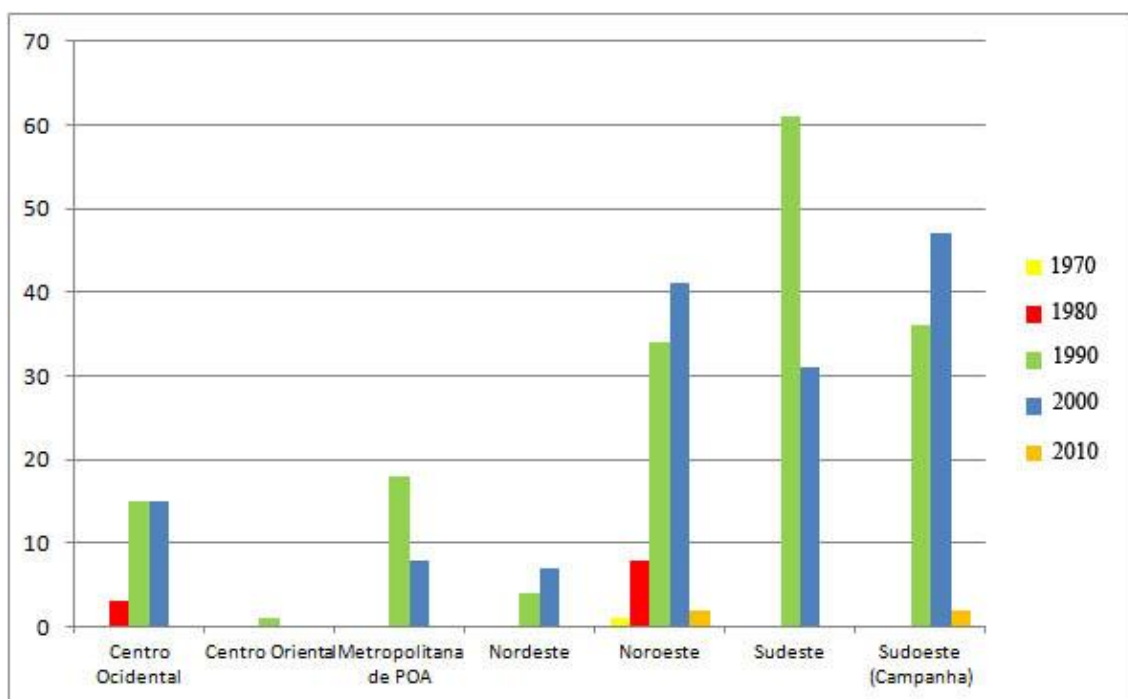


Figura 1 – Criação de Assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: INCRA, 2012.

Organização: Michele Lindner, 2013.

Nesse contexto, a partir da década de 1990 a Campanha Gaúcha passa a se inserir em um processo de mudança de sua configuração socioespacial, via reorganização de seu espaço agropecuário, com a instalação acentuada de assentamentos rurais e a emergência da agricultura familiar.

A Campanha Gaúcha, aqui considerada como a área abrangida pela Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense é formada por três Microrregiões, a Campanha Central, a Campanha Meridional e a Campanha Ocidental. Dos 19 municípios que compõem a Campanha Gaúcha, 14

deles possuem assentamentos instalados em seus territórios, totalizando 86 assentamentos nesses municípios, ocupados por 3310 famílias.

Dos 86 assentamentos, 40 (46%) localizam-se nos 4 municípios da Campanha Central, abrigando 1669 famílias, ou seja, em média 50% das famílias assentadas na Campanha Gaúcha, conforme é demonstrado no Gráfico apresentado na Figura 2:

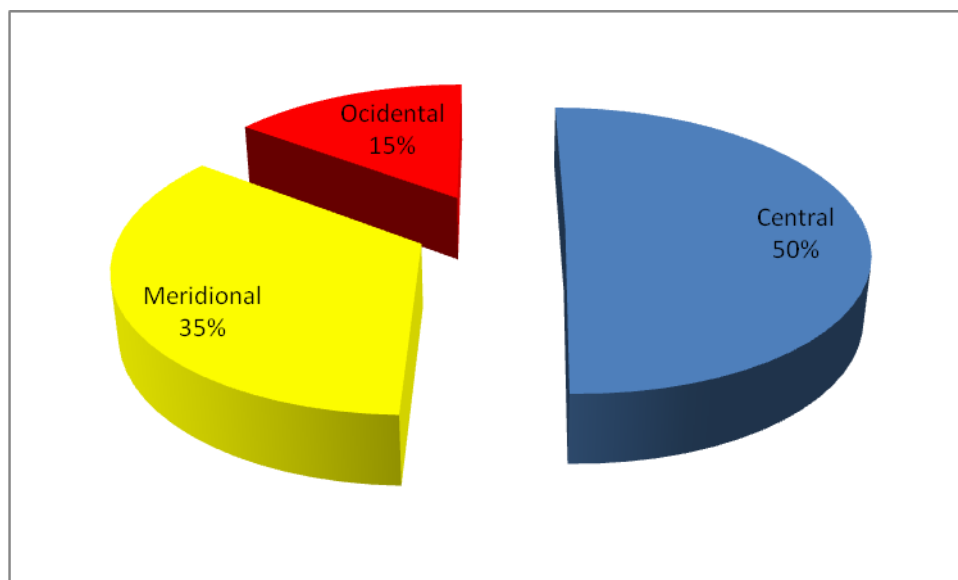


Figura 2 – Famílias assentadas na Campanha Gaúcha.

Fonte: INCRA, 2012.

Organização: Michele Lindner, 2012.

A Microrregião da Campanha Central é formada pelos municípios de Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul e Santana do Livramento. Dos 40 assentamentos localizados na Campanha Central, 30 estão no município de Santana do Livramento, abrigando 56% das famílias assentadas, 8 estão localizados no município de São Gabriel, abrigando 37% das famílias assentadas e os outros dois localizam-se nos municípios de Santa Margarida do Sul e Rosário do Sul, abrigando 5% e 2% das famílias assentadas na Microrregião (Tabela 1).

Tabela 1 – Famílias assentadas na Microrregião da Campanha Central.

Municípios	Assentamentos		Área dos Assentamentos		Famílias assentadas	
	Nº	%	ha	%	Nº	%
Rosário do Sul	1	2,5	979,77	2	38	2
Santa Margarida do Sul	1	2,5	1.615,31	4	83	5
Santana do Livramento	30	75	26.257,86	61	934	56
São Gabriel	8	20	14.098,43	33	614	37
Total	40	100	42.951,37	100	1669	100

Fonte: INCRA, 2012.

Organização: Michele Lindner, 2012.

Ao prestarmos atenção nos dados apresentados na Tabela 1, podemos inferir que os assentamentos localizados no município de São Gabriel, tratam-se de assentamentos de grande porte, visto que mesmo possuindo mais que três vezes menos assentamentos que o município de Santana do Livramento, o mesmo possui uma área destinada aos assentamentos pouco maior que a metade da área destinada no município de Santana do Livramento, o que se justifica porque, entre outras características, o município possui o terceiro maior assentamento do estado do Rio Grande do Sul, o Conquista do Caiboaté.

Contudo, é possível perceber que há quase duas décadas vem ocorrendo uma transformação na configuração socioespacial da Campanha Gaúcha, causada pela divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar, os assentamentos. Trata-se de uma nova territorialização em antigos territórios dominados pelo latifúndio, que ao sofrerem essa transformação territorial emergem em novos espaços adaptados e impondo suas adaptações aos agentes atuantes, os assentados territorializados.

Dessa forma, com base nos dados apresentados, os quais demonstram claramente a importância assumida pela Microrregião da Campanha Central, na questão da conquista da terra através da instalação de assentamentos, optou-se pela realização da pesquisa nesta área. Assim, foram realizadas visitas objetivando a coleta de dados em três dos quatro municípios da Campanha Central, São Gabriel, Santa Margarida do Sul e Santana do Livramento, nos quais foram visitados os seguintes assentamentos: Conquista do Caiboaté, Novo Horizonte II, Cerro dos Munhoz, Fidel Castro e São Leopoldo (Figura 3).

Desses cinco assentamentos visitados na Campanha Central, um deles representa o assentamento mais antigo da região, trata-se do assentamento Cerro dos Munhoz, que segundo o INCRA (2012) teve sua criação no ano de 1992, em uma área de 1.577 ha. Este assentamento localiza-se no município de Santana do Livramento, município este que teve cerca de 50% de seus assentamentos criados na década de 1990. Outro assentamento localizado no município de Santana do Livramento, o São Leopoldo, data também da década de 1990, tendo sido criado no ano de 1997, abrigando 45 famílias em uma área de 1.264 ha. Já o outro assentamento, o Fidel Castro, representa um assentamento mais recente, criado no ano de 2005, abriga 58 famílias em uma área de 1.499,88 ha. Os outros dois assentamentos pesquisados, o Novo Horizonte II, localizado no município de Santa Margarida do Sul, em uma área de 1615 ha, representando o único assentamento deste município, e o assentamento Conquista do Caiboaté, localizado no município de São Gabriel, representando o maior assentamento da região da Campanha Central, abrangendo uma área de 4.953 ha, foram criados no ano de 2008.

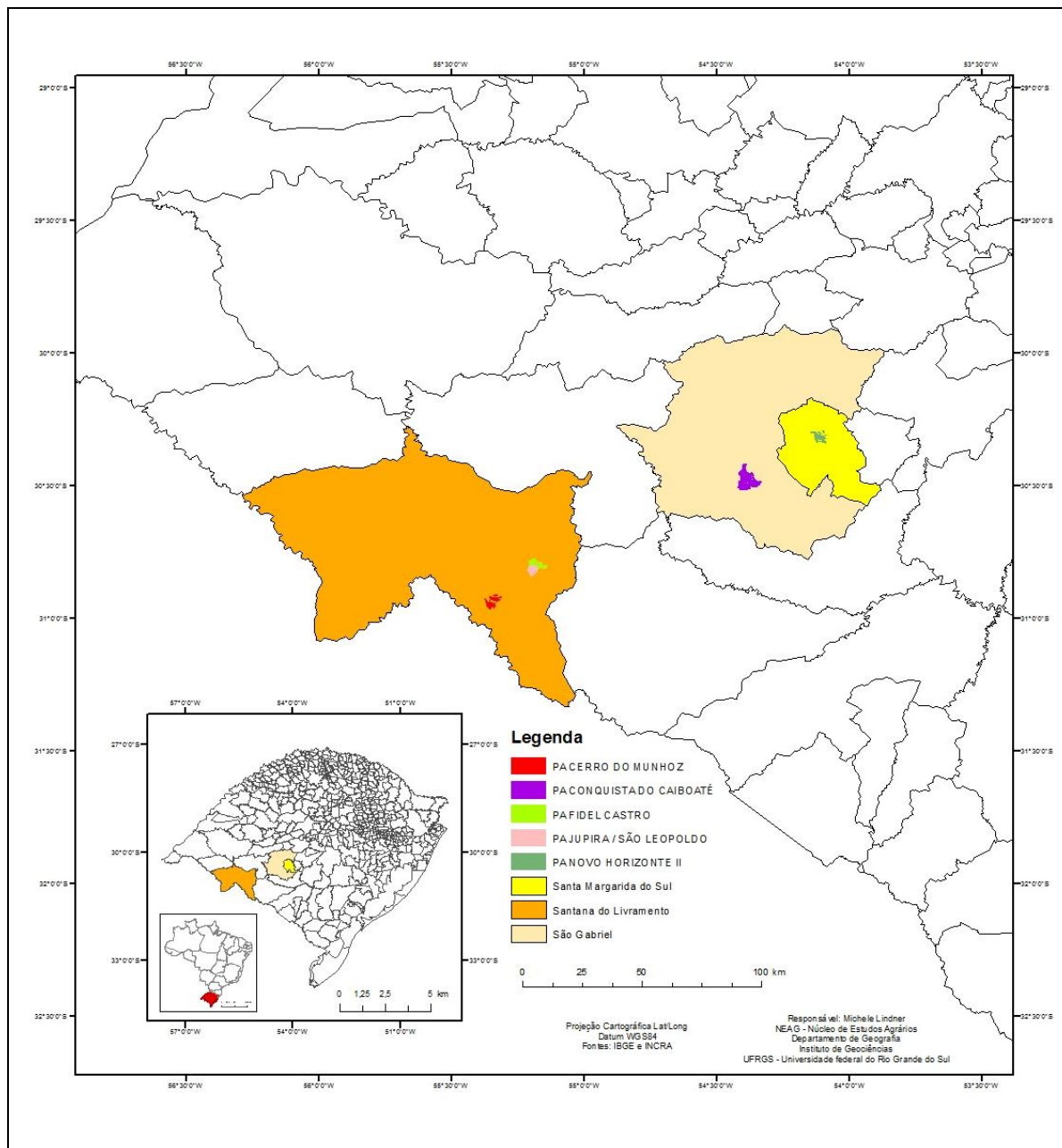


Figura 3 – Localização dos assentamentos visitados na Campanha Central - RS.

Embora, o objetivo maior, a conquista do território, a conquista do seu lugar de vida, seja comum a todos, diversas são as motivações dos sujeitos para o ingresso no MST e na luta pela terra. Nesse sentido, de acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, a maioria dos assentados ingressou no Movimento, devido a motivações como possuírem áreas de terras muito pequenas para o sustento da família ou por serem empregados em propriedades rurais e não possuírem seu próprio pedaço de terra. No entanto, do total de dezoito entrevistas realizadas nos assentamentos, apenas cinco sujeitos declararam não terem sido sempre agricultores.

Entre os entrevistados de antecedência citadina, muitos deles possuíam raízes camponesas, como a infância no campo, pais ou avós agricultores, expressando a representação do êxodo rural, daqueles que devido à modernização da agricultura, o minifúndio, a exploração do trabalho assalariado no campo buscaram na cidade melhores condições de vida. A saída do campo em busca de melhores condições de vida pode ser percebida nas falas a seguir:

“Um belo dia olhei para os meus familiares, para aquelas pessoas que conviviam naquela situação e joguei o facão do lado e disse: to indo embora, vou pro Rio de Janeiro, vou trabalhar” (E.C.A. - Assentado, 33 anos).

“Eu tinha a ilusão que ia trabalhar na grande cidade, que eu ia melhorar de vida e ia ter uma situação melhor para ajudar minha mãe” (E.C.A. – Assentado, 33 anos).

Os trechos dos depoimentos do assentado expressam uma situação encontrada nos depoimentos de diversos outros assentados, a ilusão do desenvolvimento socioeconômico na cidade grande, com mais oportunidades de emprego e maior facilidade de acesso a bens e serviços. Contudo, ao longo dos depoimentos dos entrevistados pode-se perceber que a realidade encontrada na cidade foi uma realidade de exclusão que os levou a luta pela terra.

E.C.A. (33 anos), natural do Rio de Janeiro - RJ relatou que quando criança trabalhava com os pais e irmãos cortando cana-de-açúcar em uma fazenda. O trabalho era pesado e as condições de vida muito difíceis, pois não podiam plantar alimentos e nunca recebiam o pagamento em dinheiro. O Assentado descreve a situação que a família se encontrava da seguinte forma: *“a fazenda era um quartel fechado, lá tinha a agroindústria, o comércio que era dela e tinha as casinhas onde colocavam as famílias ali para trabalhar para eles. Ai tu tinha que trabalhar para cortar cana, comprava a alimentação na venda deles, tu era meio que escravo, não podia planta nada”*. A partir disso, relata que decidiu “mudar de vida” e buscar trabalho na “cidade grande”. Porém, as condições de vida na cidade não foram muito diferentes, trabalhou durante algum tempo descarregando caminhões de frutas e legumes e depois arrumou emprego em um restaurante onde permaneceu por cerca de sete anos, até entrar no Movimento e na luta pela terra.

Em outra entrevista, o assentado **I.P.** (30 anos), natural de Chapecó – SC relata que até os 16 anos trabalhou na roça com o pai, em uma propriedade de cerca de dois hectares e meio. Compondo uma família de sete irmãos, mudou-se para a cidade em busca de trabalho, pois a vida no campo se tornara insustentável. Na cidade trabalhou durante cerca de dez anos na construção civil, emprego este que, segundo o informante, representou na época a “única opção”, na qual permaneceu até surgir um acampamento do MST próximo ao local onde morava, deixando assim o emprego e juntando-se ao acampamento.

A.A.M.S. (29 anos), também informou ter residido e trabalhado no campo quando criança ajudando seu pai. O assentado relata que a vida na cidade foi muito difícil devido à falta de oportunidades de trabalho, sendo necessário trabalhar com “serviços gerais”, não apenas na cidade, mas também no campo. Em determinado momento de sua vida teve a oportunidade de realizar alguns serviços em um assentamento e foi então que conheceu o Movimento (MST) e passou a participar em busca de “uma terra”.

Ao prestarmos atenção nesses breves relatos que exemplificam uma realidade muito encontrada em assentamentos na Campanha Central, percebemos diversos pontos em comum, norteados pela fuga da pobreza urbana e a busca de uma melhor qualidade de vida no campo, através da luta pelo acesso a terra, a Luta que expressa o processo de desterritorialização e reterritorialização desses sujeitos. Contudo, essas características também podem ser percebidas nas comparações através de expressões retiradas das falas dos sujeitos entrevistados ao qualificarem seu “antigo” lugar e seu “novo” lugar (Tabela 2), expressando o significado da conquista da terra no processo da territorialização.

Tabela 2 – Qualificações relativas aos territórios dos assentados

“Antigo” lugar	“Novo” lugar
Insustentável	Autonomia
Relação de peão	Liberdade
Ilusão	Relação de patrão
Lugar que não era seu	Maior nível de vida
	Auto-sustento
	Lugar para morar
	Ambiente melhor
	Qualidade de vida
	Conquista

Fonte: Pesquisa de campo NEAG, 2012.

Com base nas qualificações pode-se perceber claramente que o processo de territorialização no “novo” lugar tem um significado de conquista e melhoria da qualidade de vida, traduzido por ter um lugar que é seu, por ter onde morar, ter onde produzir com liberdade e autonomia. Portanto, essa conquista se vislumbra através da luta, a luta pelo acesso a terra, a luta pelo seu território, ou seja, todo esse processo de territorialização, que envolve desterritorializações e reterritorializações e está claramente impresso na fala do assentado:

“Antes eu não tinha lugar, hoje eu tenho um lugar para morar” (E.C.A. - Assentado, 33 anos).

Contudo, o que se percebe é que o território desses sujeitos é formado através da luta por uma melhoria da qualidade de vida, a luta pela posse de um espaço para chamar de seu.

Essa luta resulta na conquista do território ou a territorialização. Essa territorialização se dá através da recriação dos espaços de vida desses indivíduos, os quais se formam a partir de uma conjugação de elementos e vivências de cada assentado, que trás consigo uma bagagem cultural de práticas e modos de vida que conjugam experiências trazidas de antigos territórios e novas experiências, englobadas para a formação do novo território.

Considerações Finais

Com base nos dados e informações apresentados é possível vislumbrar as mudanças ocorridas na configuração territorial e social, da região da Campanha Gaúcha, causadas pela entrada dos assentamentos em uma área tradicional da grande propriedade pecuarista, que se vê penetrada pela agricultura familiar e que vê parte de seu território devastado para dar lugar a pequena propriedade.

A pequena propriedade nessa área, traduzida aqui pelos assentamentos, representa a conquista do território no contexto da luta pela terra. É possível, a partir das informações apresentadas de forma breve neste artigo, perceber que os históricos dos indivíduos pesquisados referem-se claramente a processos de desterritorializações, quando pelos mais variados motivos são obrigados a deixar seus territórios e ingressar no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em busca de sua reterritorialização.

Também temos claro nesse contexto que há tempos a luta pela terra deixou de ser exclusividade de camponeses expulsos de suas terras e de proprietários de minifúndios lutando pela sua sobrevivência no campo. A pobreza urbana se junta à luta pela terra em busca de melhorias na qualidade de vida e reflete o retorno da valorização da vida campesina, através da representação de uma alternativa de reterritorialização para pessoas que de alguma forma se sentiram excluídas nas cidades. Muitas destas são pessoas de origem rural, que em determinado momento de suas vidas acreditaram que a cidade poderia lhes trazer melhores oportunidades de trabalho e renda, e por essa motivação foram atraídas para estes espaços.

Sabe-se que a modernização da agricultura no Brasil, gerou efeitos perversos de ordens sociais e ambientais, como o aumento das áreas de monoculturas, maior concentração de terras e utilização de insumos, aumento da mecanização no campo e a conseqüente diminuição da força de trabalho humano. Esses aspectos, aliados a inviabilidade econômica de pequenos produtores que tiveram que abandonar suas propriedades por não terem condições de se adaptar a nova realidade imposta através de políticas governamentais, levaram ao fenômeno muito conhecido, chamado êxodo rural.

Nesse contexto, conforme demonstra a pesquisa, os filhos e netos do êxodo rural, e até mesmo os que vivenciaram diretamente esse processo, muitas vezes acabam retornando ao campo pelo mesmo motivo que um dia o deixaram. A cidade que um dia os acolheu e representou sinônimo de desenvolvimento, passa a expulsá-los e os excluí-los, mostrando como alternativa um rural com mais opções de sobrevivência e qualidade de vida.

Portanto, o que se buscou chamar a atenção nesse artigo foi o significado do território na luta pela terra, que significa conquista. Essa conquista que pode ser de pessoas de origem camponesa ou mesmo cidadina, tem a ver com poder. Conquistar um território é ter poder sobre sua terra, tanto o poder material da posse que confere uma melhor qualidade de vida para os indivíduos que a possuem, quanto o poder simbólico do pertencimento, da recriação de seu espaço de vida ao qual se tem afeto e proporciona aumento da autoestima e do sentimento de “ser cidadão”.

Referências Bibliográficas

CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, V. L. S. A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA: a (re) construção de espaços socioculturais In: **Simpósio Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas**. Uberlândia/MG: UFU, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HAESBAERT, Rogério (Rogério Haesbaert da Costa). **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 19 - 36.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em maio de 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.). **Rio**

Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; ROBL, Douglas Machado; MORAES, Fernando Dreissig de. A luta pela terra no Rio Grande do Sul: Novos Territórios X Espaços tradicionais. In: VIII **Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**. Porto de Galinhas, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia:** as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.